

## O DISCURSO DO REI E A AMIZADE: UMA PERSPECTIVA DA ESFERA PRIVADA.

WILLIAM PANICCIA LOUREIRO JUNIOR



### INTRODUÇÃO

A amizade é necessária à vida nos dias de hoje? Despontando já o séc. XXI, é possível suscitar, ainda que de maneira superficial, o valor que a amizade desempenha na sociedade e como subjaz sobre outras matérias? A investigação parece ter fugido à baila da filosofia na virada contínua dos séculos, o tempo influiu sobre os conceitos outrora tão claros ao que concerne à amizade.

O pensador mais utilizado no trabalho, que serve de esteio para conduzi-lo é Francisco Ortega, filósofo hispano-brasileiro, Doutor em Filosofia pela Universidade de Bielefeld, Alemanha e professor de Filosofia no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Aceitando a proposta de responder a pergunta que motivou o presente trabalho, este deverá apresentar a questão mais profundamente. Delinear-se-á o corpo inicial do trabalho, apresentando os conceitos de hiperpolitização e despolitização da amizade através dos séculos, especialmente em um paralelo entre Aristóteles e o século XIX, de modo a explicitar superficialmente a viagem que a amizade faz, através dos séculos, seguindo os ditames das mudanças sociais e, gradativamente, destituindo-se e transitando entre as esferas pública

e privada. Para Aristóteles, a amizade não só intrinsecamente carrega conceitos objetivos de Justiça, por exemplo, mas só é possível por meio da cidade-estado. Se efetiva naquilo que mais tarde será entendido como esfera pública. Essas nuances serão destrinchadas.

Seguidamente o trabalho deverá abarcar as ideias Montaigne e sua perspectiva já destoante da de Aristóteles. Como que, da antiguidade ao renascimento, a noção do amigo pode mudar drasticamente, ainda que um pensador influencie diretamente o outro, o tempo histórico é mais preponderante. Em Montaigne a amizade já assume particularização, individualização, separação do meio social.

E, por fim, o filme *O Discurso do Rei*, lançado em 2010, que narra a história dos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, e da amizade conturbada entre o fonoaudiólogo Lionel Logue e o então forçosamente coroado rei, Jorge VI. A amizade retratada no filme assume uma postura contemporânea – assumindo sempre a perspectiva da relação entre as esferas e a amizade politizada –, e traz ao trabalho a condensação dos conceitos introduzidos por Montaigne e Aristóteles, sendo passível de análise nesse âmbito.

#### I.

Nenhum conceito tende à perenidade, todos em um determinado momento, em um período histórico específico, precisam de atualização, e a amizade não escapa à regra. O tempo tende a agir contra essa metafísica, como sendo uma prova de que não há imutabilidade em nada de caráter estritamente social. A amizade que o texto presente se propõe a trabalhar é uma amizade dinâmica, que acima de tudo, têm de estar inserida – e sob as rédeas da inconstância – no tempo.

Ao passo que o declínio da amizade perpassa as eras, que seus limites e definições se anuviam, abjurando cada vez mais da esfera pública, a rigor, politizada, e admoestando-se para a esfera privada, faz-se preciso repensar a amizade contemporânea. Emparelha-la com as mudanças sociais ocorridas ao longo dos anos que, pode-se dizer, uma delas – a mais vertiginosa – é a da troca gradual da hiperpolitização da amizade – como se vê em Aristóteles – para uma total despolitização com o passar gradativo dos séculos.

Essa hiperpolitização é entendida como não havendo uma linha divisória evidente entre a amizade e a política. Não à toa, Aristóteles, filósofo macedônio que viveu entre 384 a.C. a 322 a.C. sendo aluno de Platão e preceptor de Alexandre O Grande, ligará ambos, como será descrito mais adiante, fazendo corresponder às formas de amizade, analogamente, às formas de governo.

Como o mesmo diz:

“Há três espécies de constituição e igual número de desvios – perversões daquelas, por assim dizer. As constituições são a monarquia, a aristocracia, e em terceiro lugar a que se baseia na posse de bens e que seria talvez apropriado chamar timocracia, embora maioria lhe chame governo do povo. A melhor delas é a monarquia, e a pior é a timocracia”. (ARISTÓTELES: 1973, p 389)

Depois, une-as à família:

*Podem ser encontradas analogias das constituições e, por assim dizer, modelos delas nas próprias famílias. Com efeito, a associação de um pai com seus filhos tem a forma da monarquia, visto que o pai zela pelos filhos. (...) Entre os persas, no entanto, o governo dos pais é tirânico, pois ali os pais usam os filhos como escravos. Tirânico, igualmente, é o governo dos amos sobre os escravos, em que a única coisa que se tem em vista é a vantagem dos primeiros. (ARISTÓTELES: 1973, p 390)*

E une-as à amizade também:

Mostra a observação que cada uma das constituições comporta amizade na exata medida em que comporta a justiça. A amizade entre um rei e seus súditos depende de um excesso de benefícios conferidos, porquanto o rei os confere aos seus súditos quando, sendo ele um homem bom, zela pelo bem-estar destes, como faz o pastor com suas ovelhas. (ARISTÓTELES: 1973, p 390)

Assim, como será visto a seguir, a amizade para o filósofo é hiperpolitizada, ou seja, permeada por uma forte ligação com a vida cotidiana na polis, com a organização indissociável familiar-política. Noção essa que, como diz Ortega, mudará em meados do século XIX.

Há na história da filosofia alguma obra que pode servir para além de um esteio norteador? A amizade é essencial na vida ou é parte de um complexo emaranhado e dinâmico sujeito exclusivamente às vontades dos homens? Há alguma amizade que se comprove assim, dessa maneira, ultimamente?

## II

A história do pensamento sobre a amizade é antiga, remontando os primórdios das civilizações clássicas e, desse modo, um pensador essencial é, como já supracitado, Aristóteles.

Para Aristóteles, a amizade não só é necessária à vida, mas, além disso, é um fator de auxílio moral inclusive para a política. Ele diz: “segue-se naturalmente uma discussão da amizade, visto que ela é uma virtude ou implica virtude, sendo, além disso, sumamente necessária à vida” (ARISTÓTELES: 1973, p. 379), logo para complementar: “acredita-se, mesmo,

que os ricos e aqueles que exercem autoridade e poder são os que mais precisam de amigos” (ARISTÓTELES: 1973, p. 379).

Aristóteles esclarece enfaticamente o valor que atribui a esses laços, à sua natureza, pois “quando os homens são amigos não necessitam de justiça, ao passo que os justos necessitam também da amizade” (ARISTÓTELES: 1973, p. 379)

Essa é uma premissa básica de Aristóteles que o presente trabalho passa a examinar, já que os conceitos presentes na *Ética a Nicômaco* parecem representar, nos dias de hoje, mais um valor idealista – no sentido de algo inestimável em que se espelhar – do que realmente uma base prática, um manual específico de como identificar pessoas de “excelência moral” como amigos ou não amigos. Ler a *Ética a Nicômaco* na contemporaneidade não parece ultrapassar a barreira de um romantismo deveras antiquado, um valor ao qual se deve ter de parâmetro, mas já sabido a priori de sua ineficácia e, em suma, amizade é isso: uma prática. A amizade em Aristóteles soa como algo que está além do dia a dia na Terra, como se prostrado às beiras do Sol e que não se aproxima nem um pouco da vida cotidiana para além de uma irradiação longínqua; talvez, até sem exageros, é possível pensar que os que tentam aproximar-se dos conceitos propostos por Aristóteles sobre a amizade se espelhem mais em Ícarus do que realmente na filosofia – um mito para os pós-modernos.

Perseguindo o rumo traçado deste trabalho, presenciar de modo superficial a discrepância social proposta pela polis grega e pela sociedade contemporânea é mais que essencial. Trazer essa reflexão à baila da pergunta “a amizade é ou não é necessária à vida nos dias de hoje?” é o ponto crucial para o desenrolar do trabalho.

A polis grega proporciona a noção de amizade, segundo os textos de Aristóteles, como um bem ao todo, um bem à comunidade, um arquétipo que resulta, no mais, como uma instituição de caráter público, uma eudaimonia, um ganho social para a cidade. A polis grega, em seu sentido mais amplo, se distancia muito das sociedades contemporâneas nessa especificidade. A amizade que se faz no âmbito privado, é algo do âmbito íntimo, partilhado das coisas que normalmente “não se falam a qualquer um”. Entre as duas sociedades, a noção preponderante da interação social e política dos cidadãos é o que mais salta aos olhos. A amizade em Aristóteles perder seu pilar, ou seja, o de organização política, forçando seus conceitos sobre a amizade como um ideal ingênuo. É possível, sem a menor dúvida, imaginar que com amizade ou não, a vida política, dos políticos em si, não mudaria nada – pelo contrário, há o fantasma do nepotismo, já que as amizades concernem e fundamentam a família também. Não parece existir uma “natureza da amizade” a se apreender, ou mesmo que ela surtirá algum efeito – se for verdadeira e compactuada por homens de excelência moral, homens virtuosos e bons – na vida pública.

Aristóteles diz que

*“Nem os velhos, nem as pessoas acrimoniosas parecem fazer amigos com facilidade. Com efeito, tais pessoas pouco têm de agradável, e ninguém deseja passar seus dias com alguém cuja companhia é dolorosa ou não é agradável, visto que a natureza parece acima de tudo evitar o doloroso e buscar o agradável”.* (ARISTÓTELES:1973, p 384)

E complementa:

*“A amizade é, pois, a dos bons, como tantas vezes dissemos. Efetivamente, o que é bom ou agradável no sentido absoluto do termo parece estimável e desejável, e a cada um se afigura ser o que é bom e agradável para ele; e por ambas essas razões o homem bom é estimável e desejável para o homem bom”.* (ARISTÓTELES:1973, p. 384)

É compreensível pensar na amizade aristotélica como conceitos que já passaram da validade prática. Pensar na amizade em termos de homens bons ou homens não bons, se perdem no encadeamento da pós-modernidade: o amigo não é mais um bem público, ou um bem de justiça, ou de virtude, mas uma necessidade doméstica.

Segundo Ortega, Aristóteles:

*“está afirmando que a consciência de si, a identidade pessoal, se dá através do outro, na contemplação do outro, nossa imagem especular. Na amizade, o indivíduo se faz do outro, sai de si, se objetiva; é preciso tomar consciência do pensamento e da atividade do outro para ter consciência do próprio pensamento e da própria atividade, condição da eudaimonia”.* (ORTEGA: 2002, p. 41)

Fica claro, desse modo, como que Aristóteles coloca a comunidade na base de toda amizade. O estagirita, não à toa, devido às condições sociais de seu período, amplia as relações de amizade quase à totalidade das relações humanas (ORTEGA, 2002), aspecto que Ortega cita:

O conceito e o sentido da amizade são determinados pela perspectiva da polis. É a partir do ideal de uma vida comunal perfeita numa polis autárquica que a amizade é concebida. Esse ideal de vida comunal está expresso no conceito de amizade civil ou política, a qual se define pela concórdia ou unanimidade, que, para Aristóteles, se daria entre os bons (ORTEGA: 2002, p. 43)

Evidencia-se, então, a comunhão no pensamento aristotélico entre amizade e política. Uma amizade sociológica.

Ainda que Aristóteles tenha respondido a pergunta que destrinchou o presente trabalho, ou seja, que a amizade é necessária à vida, as diferenças entre a polis e as sociedades contemporâneas são tais que não parecem suprir a demanda da questão. Lendo a *Ética a Nicômaco*, é possível refletir que a

amizade já foi, ao menos a nível conceitual, necessária na vida. Mas, hoje dia, ainda o é?

### III

Michel de Montaigne, filósofo francês do século XVI, já apresenta um modelo de amizade que diverge do modelo aristotélico. Para Montaigne, a amizade em si já representaria uma espécie de saída da sociedade. Embora ele não vá negar um modelo de amizade politizada, seu interesse público é nenhum. No entanto, a influência aristotélica no pensamento de Montaigne é grande, especialmente ao tratar da amizade perfeita, que seria uma raridade que só surge a cada três séculos, descrevendo assim sua amizade com La Boétie.

Como explicita Ortega:

*“Em Montaigne a amizade perde o lugar que teve na Antiguidade e no século XII como participante da harmonia e proporção da boa comunidade ou da salvação do indivíduo, ao não se relacionar com o Estado, a comunidade ou com as mudanças a sociedade (...) A amizade em Montaigne é uma plenitude afetiva, que não precisa de qualidade objetivas; um prazer espiritual que não diminui com a sua satisfação, mas aumenta”.* (ORTEGA: 2002, p. 94)

Diz o próprio Montaigne que sua amizade com La Boétie “cresce com o desejo que dela temos; eleva-se, desenvolve-se e se amplia na frequência, porque é de essência espiritual e sua prática apura a alma” (MONTAIGNE: 1972, p. 96), ou seja, possui um fundamento inesgotável, onde “as almas se entrosam e se confundem em uma única alma, tão unidas umas à outra que não se distinguem” (MONTAIGNE: 1972, p. 96). É evidente nessas passagens o rompimento com a tradição que o renascentista promove: sua amizade é exclusivamente privada, é um momento dele e de seu amigo, da díade de suas almas, removendo-as do meio público. Na sua visão, para que a amizade possa se sustentar e existir é preciso tempo de sobra e um lugar de lazer distante da sociedade.

Obviamente, para Montaigne, a amizade é essencial na vida. Diferentemente de Aristóteles, essa necessidade não é à comunidade, ou aos políticos, ou à justiça. Não. Ela é essencial à vida, mas independe de fatores objetivos. Ela é relativa, subjetivo, concedendo sua graça a poucos. Isso se mostra mais claramente quando, no texto “DA AMIZADE”, Montaigne toma de exemplo a amizade entre Tibério Graco e Caio Blóssio.

Nas palavras de Montaigne:

*“após a condenação de Tibério Graco, em presença dos cônsules romanos que intentavam o processo contra os que o haviam acompanhado, perguntou Lélío a Caio Blóssio, o mais íntimo*

*amigo do condenado, até que ponto teria acedido às solicitações de Graco, respondeu-lhe Blóssio: – “Até o fim.” – “Como até o fim? E se houvesse mandado incendiar os templos?” – “Jamais o houvera feito.” – “Mas e se fizesse?” – “Eu obedeceria”. Amigo de Graco em toda a força do termo, como no-lo dizem os historiadores, não temia ofender os cônsules com uma resposta tão ousada e não queria que pensassem não ter ele absoluta certeza da vontade de seu amigo. (MONTAIGNE: 1972, p. 98)*

O exemplo que o filósofo destrincha, e que tanto valoriza, percebe-se como a amizade supera em importância a polis. Ou seja, antes o amigo que a cidade, ainda que fosse para queimar os templos.

Ao passo que Montaigne ainda complementa:

*“Os que consideram essa resposta sediciosa não compreendem o ascendente que ele exercia sobre tal vontade, o conhecimento que dela tinha e a segurança do que podia ser. Não conseguem entender esse mistério: Graco e ele eram mais amigos que cidadãos, e mais do que amigos ou inimigos de seu país. Sua ambição, seus projetos subversivos vinham depois da amizade.” (MONTAIGNE: 1972, p. 98)*

Analisar a amizade de Tibério Graco e Caio Blóssio, sob essa perspectiva, Montaigne não só alude ao conceito de amizade perfeita, mas vai além: coloca-a acima da cidade, do Estado, e ao deixá-la como uma necessidade na vida, o faz de modo mais individualista.

#### IV

O século XIX apresenta dois movimentos quando se trata da amizade. 1) é a transição dela para os valores familiares; 2) sua hiperbolização.

Segundo ele mesmo:

*Com o recurso à intimidade e à confiança, as relações de amizade serão introduzidas na família, entre irmãos, cônjuges e pais e filhos. A nova amizade familiar abjura da noção de livre escolha, ao se apoiar nesses valores, que possibilitam o seu deslocamento para o seio da família. (ORTEGA: 2002, p. 141)*

E essa mudança será entendida como a despolitização da amizade. O deslocamento da amizade para o seio familiar, no século XIX, dissolve a linha bem definida que demarcava a diferenciação de ambos os domínios. As relações de amizade são, então, introduzidas na família. Pais e filhos, irmãos, cônjuges.

A nova amizade familiar abjura da noção de livre escolha, ao se apoiar nesses valores, que possibilitam o seu deslocamento para o seio da família. Aparecem novos tratados como o de Émile Faguet que ensina como cultivar a amizade sendo um homem casado. O par conjugal será a nova figura a

sobressair no século XIX, passível de integrar valores fundamentais da amizade. (ORTEGA: 2002, p. 141).

Uma ruptura sobreposta graças às mudanças sociais que ocorrem nesse século. Por exemplo, com a estagnação do status quo da burguesia e do estado liberal.

Assim, explicando esse período, Ortega diz que no segundo movimento:

*“Cultiva-se na época uma concepção generalizada, ampliada, da amizade na base de uma sociedade civil pacificada. Amizade e sociabilidade se encontram numa relação de continuidade, que se estende do privado e íntimo ao público. O objeto é chegar a um vínculo de simpatia universal entre os homens, um amor pela humanidade, em que todos os homens sejam amigos.” (ORTEGA, 2002, p. 138)*

A amizade ganha um caráter cosmopolita, travestida da roupagem que a sociedade, no século XIX, demandava.

*“O ideal de comedimento, de moderação do sentimento pela razão é revelado por uma visão exagerada, intensa da amizade. As consequências são várias, pois, por uma parte, a amizade se aproxima da lógica do amor-paixão, e, pela outra se afasta da ordem da civilidade. (...) A nova amizade será mais íntima, mais privada, mais afetiva e exclusiva, e, em consequências, menos política.” (ORTEGA, 2002, p. 139)*

Nesse capítulo, a síntese do trabalho evidencia-se como a viagem que a amizade faz através dos séculos é especialmente destoante entre Aristóteles e o século XIX. Esmiuçar essas mudanças é essencial para se repensar a amizade nos dias de hoje, focando sempre a pergunta título do trabalho “A AMIZADE É NECESSÁRIA NA VIDA?”, e, destarte, podendo traçar o curso de representa-la de modo altamente individualista. Não mais com essência pública, um tipo de amizade que não ultrapassa – e talvez nem deva – os limites da subjetividade. Não é algo a se partilhar com o coletivo, mas seu contrário: com o íntimo.

A intensificação da esfera doméstica dissolve o vínculo entre amizade e sociabilidade, entre público e privado, que, durante a modernidade, definia as relações de amizade. A família consegue tornar-se o pivô fundamental das relações de sociabilidade e afetividade no século XIX. (ORTEGA, 2002, p. 141)

É possível uma amizade que escapa à regra grega clássica de se harmonizar exclusivamente com o outro na polis? Esse parece o desafio do individualismo contemporâneo.

Em dezembro de 2010 chega aos cinemas a história dramatizada, inspirada em fatos reais, do Rei Jorge VI (interpretado pelo ator ganhador do Oscar Colin Firth) que, em função de sua debilidade física, a gagueira, contrata Lionel Logue (interpretado por Geoffrey Rush) – após inúmeras tentativas



frustradas –, um fonoaudiólogo de métodos excêntricos, para lhe ajudar. O Discurso do Rei – título dado em função da necessidade de Jorge VI de discursar na rádio para declarar guerra à Alemanha nazista, logo no fim do filme – remete ao século XX, especificamente o período que recepcionará o advento da Segunda Guerra Mundial na Europa.

A amizade será o ponto-chave do filme que tem como diretor o também ganhador do Oscar Tom Hooper. De uma maneira inusitada, uma intimidade começa a surgir entre o fonoaudiólogo australiano e o chefe de estado. Aquele que tem a origem humilde e aquele que é da nobreza. Não por menos, essa amizade perpetuou a “cura” do rei Jorge VI, ou ao menos foi o esteio que o fez superar a crise da época. Afinal, em termos históricos, um rei que detém um sério problema de gagueira atrelado a outros de saúde, sempre tratado sob o espírito ameaçador da fraqueza, da falta de virilidade que um homem como um rei deveria esbanjar, é um rei fraco. E isso o apavora mais ainda. O filme deixa claro que Albert, o Duque de York (nome antes de assumir o trono) tinha tudo, exceto um amigo. No entanto, tomando os pressupostos anteriormente ressaltados neste trabalho, a amizade do âmbito privado, de caráter íntimo, concede ao rei o que lhe falta. Deu ao homem que hereditariamente herdou a vida pública, uma amplitude enorme ao perceber que em sua casa, no momento em que não precisava ser rei (e que ele só compartilhava com a família hostilizadora), tinha a presença de um amigo. Alguém com quem poderia falar – e ele falava – bobagens, soltar palavrões, extroverter-se.

A Segunda Guerra estava em vias de estourar, o sentimento aflitivo no filme impera quando se têm de pano de fundo os discursos de Hitler que, em suma, sempre foi bom orador.

Para um rei tido como fraco pelo próprio povo, ou tido pelo menos como inseguro, que assume o trono de maneira inesperada, ou seja, seu pai Jorge V morre, e David, o Príncipe de Gales e seu irmão, sobre ao trono como Rei Eduardo VIII. Porém, querendo casar-se com Wallis Simpson, uma americana divorciada duas vezes, cria-se um impasse: o casamento era inconstitucional. Nesse momento, Eduardo VIII abdica para se casar com Wallis e Albert, sem escolhas, assume o posto e torna-se Jorge VI – sentindo sempre o enorme peso dessa ascensão forçada.

Sem amigos, gago, e coroado rei de uma hora para outra, Jorge VI, na posição de chefe de estado, precisou de um amparo. Um apoio. A voz da nação britânica, contrapondo-se à voz nazifascista, não poderia gaguejar ao discursar. Era como representar moralmente a debilidade de espírito diante do nacionalismo europeu. A crise psicológica do então rei era absurda. É nesse instante-chave, nesse ponto da trama que o personagem de Logue se avoluma, ganha peso.

Lionel Logue é o curador dos problemas do rei. Mas não um curador por ser um fonoaudiólogo – o que, afinal, logo se descobre que não o é –, pois o rei

já havia passado desde sua infância por inúmeros especialistas e nunca havia se livrado do problema. Nunca havia conseguido. Lionel Logue, então, com métodos – como ele mesmo diz – “nada ortodoxos”, consegue realizar o que era impossível a todos os especialistas da época: oferece a si mesmo, o homem que é, a pessoa humana (não apenas o profissional) como um amigo. Ou seja, em outros termos: oferece sua intimidade, sua casa, apresenta sua mulher, os filhos, faz passeios no parque, usa vocabulário coloquial o tempo todo, chama-o de “Bertie” ao invés de Sua Majestade etc. Sem floreios ou pronomes de tratamento; a relação não se dava como entre o homem comum e o nobre, mas como se faz com um amigo.

Ali, entre eles, o diálogo começa a fluir. A gagueira, ainda um problema, começa a perder espaço. Perde força. O ambiente é trocado, a confiança surge e parece envolver ambos nesse momento: aquele que em ninguém os vê. A esfera privada, o lugar que permite esquivar-se de todos os olhos.

É interessante pensar esse filme à luz de Aristóteles, Montaigne, sob a visão da divisão das esferas. A ambiguidade se agiganta. A antinomia da amizade hiperpoliticizada ou despoliticizada, pública ou privada, adquire um patamar novo. Os conceitos se entrelaçam em um ponto nodal, mas que pode não atrapalhar a reflexão contemporânea da amizade como necessidade na vida, mas ajuda-lo, servir-lhe de mais um degrau.

É visível que a amizade influenciou a política na primeira metade do século XX. Mas ao invés do que diz Aristóteles, que a amizade carrega consigo a justiça, objetivamente, ela carregou o amparo, subjetivamente. Ajudou moralmente o político a fazer política, como bem alertou o estagirita, mas não do modo como alertou. Ao invés de ter de escopo a eudaimonia da comunidade, ou de nutrir-se do espaço público para tal, ela faz o oposto: usa o privado para interferir na política. Faz uso do pessoal, do homem-de-família para influenciar o homem-rei. A amizade despoliticizada – do homem num cantinho de lazer e fora da sociedade, de Montaigne – efetivou-se, mas isso não a impediu de influenciar diretamente o espírito social de seu período. O filme deixa claro como que ele, portador da coroa britânica, não teria obtido sucesso caso a amizade ainda se mantivesse como em Aristóteles, aos olhares de todos, no público, o que provavelmente inviabilizaria a superação de seu problema de gagueira. Isso só foi possível na “área de lazer”, no privativo, “fora da sociedade”. Porém, não por isso deixou de prosperar, de tornar o rei apto ao seu discurso final, ajudando-o de duas maneiras: como o homem que cada vez mais ganha confiança em si, psicologicamente mais seguro, e como o chefe de estado britânico, que mantinha a importância da radio fusão – que é o discurso ao vivo em todas as residências – na monarquia moderna.

Nesse filme, então, a amizade não só aparece como necessária à vida individual, subjetiva, como em Montaigne, mas também como em Aristóteles, vislumbrando a necessidade da cidade.

É claro que em todos os exemplos a amizade é necessária à vida. Invariavelmente necessária. Todo o arsenal conceitual aponta para o mesmo fim, podendo-se, então, tomar esta pergunta como respondida. Pois, ainda que a dinâmica social influencie as relações de amizade, cada um caracterizando-a de forma diferente, sua essencialidade à vida é unânime.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho se propôs a responder se a amizade é ou não necessária à vida. A precisão desse campo foi exposta, em linhas gerais, na diferenciação comum entre amizade hiperpolitizada e despolitizada, já que desse modo, a discrepância entre os pensadores é tamanha que seus conceitos precisem ser retraduzidos. Mesmo com o estagirita, seu conceitual teórico, por discrepância tal entre as sociedades, perde força nos dias de hoje. O primeiro capítulo apresentou essa necessidade com Aristóteles.

O capítulo seguinte elucidou como Montaigne, mesmo que ainda que fortemente influenciado por Aristóteles, amplia e transforma o conceito de amizade. O exemplo descrito entre Tibério Graco e Caio Blóssio serviu de parâmetro, porque a amizade ali foi mais valorizada que a cidade – coisa impensável a Aristóteles. Em Montaigne, como também foi mostrado, a amizade passa a moldar-se naquela que entendemos hoje em dia, mais privativa, íntima e altamente especial. E não compartilhada com o todo social.

O capítulo final balizou brevemente os dois movimentos ocorridos no séc. XIX, e suas implicações com o percurso tomado pela amizade, além disso, apresentou a obra de Tom Hooper, diretor do filme O Discurso do Rei. Seguindo diretamente corolário aos capítulos anteriores, essa obra serviu para duas coisas importantes: apresentar um exemplo de amizade despolitizada no século XX, mas que se politiza simultaneamente, pois a relação entre os personagens principais – relação íntima – só é possível devido ao período conturbado que foi o prelúdio da Segunda Guerra Mundial, com a ascensão do nazifascismo na Europa, ajudando o rei positivamente e, junto dele, sua obrigação como chefe de estado.

## Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES.. São Paulo: Abril Cultural, 1973.Coleção Os Pensadores.

MONTAIGNE. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção Os Pensadores.

ORTEGA, Francisco. Genealogias da Amizade. São Paulo: Iluminuras, 2002

[Revista Pandora Brasil - Nº 54 Maio de 2013](#)

[ISSN 2175-3318 - "Amizade 2"](#)

**O Discurso do Rei** (2010).Dirigido por Tom Hooper. Reino Unido. Com Colin Firth, Helena Bonham Carter, Derek Jacobi.